


INFORME JURÍDICO

ANO XXVI

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

25 / ABRIL / 2022

IRPJ E CSLL SOBRE SELIC NA RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO – MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO

No dia 22/04/22, o plenário virtual do Eg. Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento dos embargos de declaração opostos Fazenda Nacional nos autos da repercussão geral, RE 1.063.187 que firmou a seguinte tese: “É inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.”

[Leia Mais](#)

FUX PEDIU DESTAQUE

JULGAMENTO SOBRE REINTEGRA SERÁ REINICIADO EM PLENÁRIO FÍSICO

Discussão envolve impacto financeiro de R\$ 7,3 bilhões anuais aos cofres públicos, caso a União perca

FLÁVIA MAIA

CRISTIANE BONFANTI

[Leia Mais](#)

PORTOS TRAVADOS

GREVE DE FISCAIS DA RECEITA PROVOCA ONDA DE PROCESSOS NO SETOR ADUANEIRO

Por Rafa Santos

Embora o exercício do direito de greve no serviço público seja assegurado constitucionalmente, de acordo com o disposto no artigo 37, inciso VII, da Constituição, não se revela razoável permitir que o administrado seja prejudicado

pelo movimento grevista dos servidores da Receita Federal, de forma que deve ser assegurada a prática de todos os atos necessários ao procedimento de fiscalização aduaneira empreendido pelos servidores.

[Leia Mais](#)

GOVERNADOR DO AMAZONAS PEDE SUSPENSÃO DA REDUÇÃO DO IPI EM PRODUTOS DA ZONA FRANCA DE MANAUS

Wilson Lima alega que a redução da alíquota sem ressalvas a produtores da ZFM desencoraja instalação de indústrias.

[Leia Mais](#)

CARF: GASTO COM EMBALAGEM SECUNDÁRIA NÃO GERA CRÉDITO DE PIS E COFINS

Embrulho facilita o transporte de produtos, sem atender critérios de essencialidade e relevância, diz relator
MARIANA RIBAS

[Leia Mais](#)

STF VALIDA NORMAS SOBRE URGÊNCIA NA TRAMITAÇÃO DE PROJETOS DE LEI NO CONGRESSO NACIONAL

Decisão unânime considerou que não cabe ao Poder Judiciário examinar concretamente as razões que justificam a adoção do regime de urgência.

[Leia Mais](#)

BRADESCO É CONDENADO POR RETER IR SOBRE TRUST

Decisão do TJSP reflete a dificuldade de lidar com a tributação da renda de valores em trust

Por Bárbara Pombo — De São Paulo

[Leia Mais](#)

ADIMPLENTO SUBSTANCIAL: A PREPONDERÂNCIA DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO E DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA

Nas palavras do ministro Luis Felipe Salomão, "a teoria do substancial adimplemento visa a impedir o uso desequilibrado do direito de resolução por parte do credor, preterindo desfazimentos desnecessários em prol da preservação da avença, com vistas à realização dos princípios da boa-fé e da função social do contrato" (REsp 1.051.270).

[Leia Mais](#)

DONO DE CARGA ROUBADA NÃO É CONSIDERADO SEGURADO NO SEGURO FACULTATIVO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

O proprietário da mercadoria transportada não pode ser considerado segurado, mas apenas terceiro interessado, no contrato de Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa do Transportador Rodoviário – Desaparecimento de Carga (RCF-DC).

[Leia Mais](#)

PRIMEIRA SEÇÃO HOMOLOGA ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE IMPROBIDADE NA FASE RECURSAL

Para a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é possível a homologação judicial de acordo de não persecução cível no âmbito de ação de improbidade administrativa em fase recursal.

[Leia Mais](#)

STJ SE PRONUNCIA SOBRE SUSPENSÃO DE AÇÕES DE BUSCA E APREENSÃO

Juízes não estão impedidos de analisar pedidos de caráter de urgência
Por Joice Bacelo

[Leia Mais](#)

CAMPARI NÃO TERÁ DE INDENIZAR STOCK PELA ALEGADA UTILIZAÇÃO DE KNOW-HOW NA DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reformou acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e, por unanimidade, rejeitou o pedido de indenização feito pela Distillerie Stock do Brasil Ltda. em razão de suposto uso indevido de seu know-how pela Campari do Brasil Ltda. Na área empresarial, o know-how é o conjunto de conhecimentos, métodos e procedimentos desenvolvidos por determinada companhia.

[Leia Mais](#)

TRIBUTAÇÃO MILIONÁRIA

INCIDE ICMS SOBRE VENDA DE ÁRVORES EM PÉ, DECIDE TJMG

Para tribunal, árvores que serão cortadas perdem a condição de bens imóveis e se tornam bens móveis por antecipação

JULIANA MATIAS

[Leia Mais](#)

PROJETO QUE REGULAMENTA CRIPTOMOEDAS TEM VOTAÇÃO ADIADA

Da Agência Senado | 19/04/2022, 18h27 - ATUALIZADO EM 19/04/2022, 19h00
O senador Irajá (PSD-TO) leu seu relatório, que promove alterações no projeto de autoria do senador Flávio Arns (Podemos-PR).

Jefferson Rudy/Agência Senado

[Leia Mais](#)

SENADO VAI DEBATER DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL

O pedido foi do senador Marcos Rogério (PL-RO), relator do projeto

Pedro França/Agência Senado

[Leia Mais](#)

JUSTIÇA USA LOCALIZAÇÃO DE CELULAR PARA ANALISAR DIREITO A HORAS EXTRAS

Pedidos têm sido feitos principalmente por bancos para substituir testemunhas

Por Adriana Aguiar — De São Paulo

[Leia Mais](#)

SÓCIOS DE DISTRIBUIDORA CONSEGUEM REAVER CNH E PASSAPORTE

A decisão de suspensão dos documentos foi considerada excessiva pela SDI-2

[Leia Mais](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)